

Timor – Um longo caminho para a independência

11 de Agosto de 1975 – Golpe da UDT, que precipita a guerra civil com a FRETILIN (a partir de 20 de Agosto) e a evacuação das autoridades portuguesas para Ataúro. Fim, de facto, da administração colonial portuguesa.

Setembro de 1975 – A FRETILIN derrota a UDT e passa a controlar o território. No entanto, prevendo a reacção indonésia, declara reconhecer a autoridade portuguesa e pede o envio de forças portuguesas e o regresso das autoridades coloniais por forma a evitar a intervenção de Jakarta.

28 de Novembro de 1975 – A FRETILIN proclama a independência de Timor-Leste, como forma de procurar apoios externos adicionais face à invasão e de galvanizar as forças timorenses que combatem pela independência.



7 de Dezembro de 1975 – Início da invasão em força da Indonésia (antes tinham sido infiltradas forças especiais para justificar a intervenção com a continuação da violência). É na sequência deste facto que se verifica (8 de Dezembro) a retirada completa das autoridades portuguesas, com a evacuação de Ataúro.

17 de Julho de 1976 – Anexação formal de Timor como 27.ª província da Indonésia.

Dezembro de 1975 a Agosto de 1977 – As FALINTIL conseguem resistir, mas enfrentam crescentes dificuldades nas montanhas onde se refugia o grosso da população civil.

Setembro de 1977 a Dezembro de 1980 – Operações de cerco e o uso intensivo da aviação pelas forças indonésias (OV 10 *Bronco* norte-americanos, e *Hawk* britânicos) destroem as bases da resistência, aniquilam uma parte importante da população – entre 100.000 e 200.000 timorenses, 1/4 a 1/3 da população – destruindo sistematicamente os meios de subsistência. Neste período é morto a 31 de Dezembro de 1978 o segundo presidente da FRETILIN, Nicolau Lobato, e grande parte do respectivo comité central (de 80 só 3 sobrevivem, entre eles Xanana Gusmão).

1-8 Janeiro de 1981 – Conferência das FRETILIN. Reorganização da resistência sob o comando de Xanana Gusmão, que então formalmente assume o comando da resistência.

Março-Agosto de 1983 – Reacção da Indonésia ao retomar da luta armada, reforçando as suas acções militares. Xanana Gusmão propõe um cessar-fogo e o início de negociações. Nesse contexto, inicia o processo de despartidarização da luta pela independência, e insiste sempre na exigência de uma consulta popular para encerrar o conflito com a Indonésia.

18 de Março de 1986 – Seguindo esta estratégia, as representações dos diversos partidos timorenses no exterior, reunidos em conferência, estabelecem a Convergência Nacionalista.

7 de Dezembro de 1987 – Xanana declara o carácter apartidário das FALINTIL. Um ano depois (31 de Dezembro de 1988), sai formalmente da FRETILIN. Esta última deixa, por sua vez, de se declarar como marxista-leninista.

6 de Fevereiro de 1989 – Depois de um período inicial de reserva relativamente aos independentistas «comunistas» da FRETILIN, a Igreja Católica em Timor perante a evolução desta última e a sangrenta repressão indonésia assumiu cada vez mais o papel de porta-voz e protectora das aspirações timorenses. O que culmina na carta enviada nesta data pelo bispo D. Ximenes Belo ao secretário-geral da ONU, apontando para o referendo como única saída para o conflito.

12 de Outubro de 1989 – Visita do papa João Paulo II a Timor é aproveitada pela resistência para dar visibilidade internacional à sua luta.

12 de Novembro de 1991 – O massacre do cemitério de S. Cruz, resultado da crescente manifestação pública da oposição à ocupação indonésia a partir da visita papal, pela primeira vez permite ao mundo ver na televisão a repressão indonésia em Timor.

20 de Novembro de 1992 – Xanana é capturado em Dili pelas forças indonésias. Apesar do revés inicial que esse facto representou, o seu julgamento em Março de 1993 transforma-se em mais um elemento de crescente interesse internacional. Reforçado, a partir de Novembro de 1994, pela estratégia dos estudantes timorenses de ocupação de embaixadas estrangeiras em Jakarta.

11 de Outubro de 1996 – O prémio Nobel da Paz é concedido a José Ramos Horta e D. Ximenes Belo, reforçando



ainda mais a visibilidade internacional da luta de Timor pela independência.

21 de Maio de 1998 – Resignação do general Suharto, homem-forte da

Indonésia desde 1960, que presidiu a todo o processo de anexação de Timor. Ela abre o caminho à democratização, e permite levantar a questão do preço de manter Timor como 27.^a província da Indonésia. A conferência organizada pelas autoridades indonésias em Dili, em Junho desse ano, torna claro, mais uma vez, o desejo de independência.

27 de Janeiro de 1999 – O ministro da informação indonésio anuncia que o sucessor de Suharto, o presidente Habibí, estaria disposto a aceitar a independência de Timor, se esse fosse o resultado de um referendo a realizar no território.

5 de Maio de 1999 – É assinado em Nova Iorque, sob mediação da ONU, o acordo entre Portugal e a Indonésia que regula a realização do referendo, culminando duas décadas de negociações entre Portugal e a Indonésia. Elas são secretas primeiro – no início dos anos 1980 – e não põem de parte à partida a aceitação da integração, face às dificuldades crescentes da resistência e às dificuldades crescentes em obter apoio no seio da comunidade internacional para moções condenando a Indonésia no quadro da Guerra Fria. Só a partir de 1985, com o degelo iniciado por Gorbachev e a reorganização da resistência, é plenamente assumido por Portugal o objectivo da independência mediante um referendo a levar a cabo pela ONU. São então iniciados os contactos sob a mediação do secretário geral do ONU entre os ministros dos negócios estrangeiros português e indonésio que virão a resultar mais de uma década depois no acordo referido.

30 de Agosto de 1999 – Dia do referendo sobre a independência de Timor, organizado pela UNAMET¹ (estabelecida pela ONU a 11 de Junho) e com a presença de observadores internacionais, nos termos do acordo de 5 de Maio. A Indonésia recusou sempre, no entanto, a presença de forças internacionais que garantissem a segurança dos timorenses. O governo português decidiu, com o acordo dos organismos centrais da resistência, apesar disso

assinar o texto que viabilizou a consulta. Mesmo sob a pressão das milícias, participa 98,6% da população timorense recenseada, que vota na maioria esmagadora de 78,5% no sentido favorável à independência.

1-20 de Setembro de 1999 – Massacres e pilhagens sistemáticas praticadas pelas milícias timorenses criadas e armadas pelas forças armadas indonésias. Intercapções australianas de comunicações militares indonésias entretanto divulgadas, deixam clara a responsabilidade no sucedido do ministro da coordenação territorial indonésio, Faizal Tanung, do comandante das informações militares, Zacky Makarim, e do comandante militar em Timor, Tono Suratman. As FALINTIL, nas montanhas, garantem refúgio a uma percentagem importante da população, mas não atacam as milícias, de acordo com as ordens de Xanana que procura evitar dar aos indonésios o pretexto da «guerra civil» para, como em 1975, impedirem a independência.

15 de Setembro de 1999 – É aprovado pelo Conselho de Segurança da ONU, o envio de uma força internacional de manutenção de paz em Timor (obtido o acordo de Jakarta a 12 de Setembro). As primeiras tropas australianas chegam a 20 de Setembro a Dili, e inicia-se então, de facto, o controlo provisório pela ONU do território, com a regresso da UNAMET.

19 de Outubro de 1999 – A Indonésia reconhece formalmente os resultados do referendo. Como resultado disso e tendo em conta o estabelecido no acordo de 5 de Maio, o Conselho de Segurança da ONU estabelece (25 de Outubro) a UNTAET², encarregue de administrar Timor até à plena independência.

30 de Agosto de 2001 – Eleições para a Assembleia Constituinte. A Fretilin obtém mais de 50% dos votos, seguida do Partido Democrático, PSD, ASDT e UDT.

14 de Abril de 2002 – Eleições presidenciais. Xanana Gusmão é eleito com 82,69% dos votos e Xavier do Amaral com 17,31%.

20 de Maio de 2002 – Fim da administração provisória de Timor pela

ONU. Data da independência de Timor Lorosae.

Eleições Presidenciais em Timor



¹ Missão das Nações Unidas em Timor Leste.

² Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste.